

38

## **O GENERAL HUMBERTO DELGADO DIRIGE-SE AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Lisboa, 19 de Maio de 1958.

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**LISBOA**

EXCELÊNCIA:

Quando de forma activa, mas legal, me resolvi a arriscar tudo que Vossa Excelência e o País coohecem, para tentar acabar pelas vias constitucionais, o regime de barbarismo em que vivemos, não supunha ter-se ido tão longe.

Na verdade, enquanto elementos responsáveis do Governo me afirmavam oficialmente haver liberdade de imprensa e possibilidade de concorrer ao acto eleitoral — em condições deficientes, mas que, apesar de tudo, accidámos — factos de revoltante maquiavelismo se estão passando, através dos quais se verifica que a Oposição não é consentida, apesar de só de sete em sete anos poder usufruir um escasso período de trinta dias para viver.

Na verdade o Governo cercela-lhe despoticamente os poucos direitos que prometeu, tentando por todos os meios esconder que a Nação, na sua bem evidente maioria, o não suporta e deseja vê-lo substituído.

Sabe bem que perde as eleições se forem livres, e quer fazê-las por processos que estão à vista e que devem ser de tipo único, excepto talvez para além da cortina de ferro.

Assim, a seguir dou conta de extraordinárias irregularidades, outras violências e actos de má-fé, da Censura, que tem cortado, suspenso, ou atrasado a publicação de notícias, tais como:

- A notícia do meu regresso de Madrid!
- A minha referência na *República* às torturas do tipo *gestápio* feitas aos presos e que — conforme um observador estrangeiro, vindo a Portugal, relata no n.º 31 do Boletim de l'Association des Juristes Démocrates — consistiram, além de mortes suspeitas, em quebra de maxilares, dias seguidos de «estátua» (obrigar o preso a manter-se de pé sem quaisquer movimentos), torção das partes genitais prolongada até ao desmaio, etc.
- As referências ao vexame feito pelo Ministro da Defesa ao Chefe do Estado Maior do Exército, na presença de inferiores!
- Referência às pressões exercidas sobre oficiais do Governo Militar de Lisboa para irem apresentar cumprimentos ao Presidente do Conselho, na porta da policia de Sua Excelência — de onde o próprio Governador Militar também não passou. (Consta-me que correu inquérito pelo Governo Militar de Lisboa acerca dos que não foram. Pode Vossa Excelência facilmente saber da verdade do caso).
- Eliminação nos jornais de todas as fotografias que mostravam a multidão que, no Porto, com frenético entusiasmo aplaudia, ao ponto de pessoas, já muito velhas, dizerem não ter visto manifestação igual.
- Suspensão, até à data em que escrevo, da totalidade do meu discurso do dia 18 em Lisboa.

Sim, Excelência, dão-nos menos de trinta dias para propaganda, quando o Poder dispôs de trinta anos, e ainda assim usam contra mim de métodos notavelmente desleais, bem contrários ao conceito de ética em que Vossa Excelência e eu, que usamos uniforme e estrelas, fomos educados.

Procura-se aniquilar o pouco que o Governo julga dar-me, como se de esmola se tratasse, e eu não fosse, pelo menos, tão português como o Governo que assim procede! Que tristeza, Senhor Presidente, um português sentir-se como se por estrangeiros o nosso território estivesse ocupado.

Tudo o que representava passos mais importantes do meu discurso no Porto, desapareceu dos grandes jornais. Exemplos: a referência ao acto político dos Comandantes de Região, mandando telegramas políticos a Sua Exce-



lência pode e deve, antes de deixar o seu posto, praticar um alto acto de significado histórico que o honrará e aos seus vindouros.

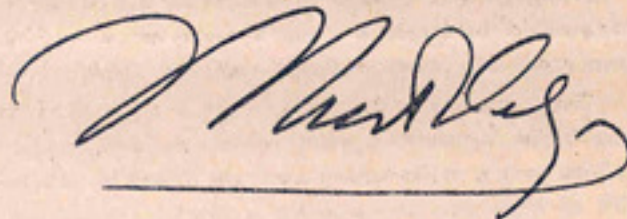
A minha candidatura pede-o, e espera-o da sua galhardia de militar.

Vossa Excelência pode e naturalmente vai querer tomar uma decisão positiva: eu forneci os elementos que habilitam Vossa Excelência a tomá-la.

Não ficarei na história do País como um General que não avisou outro General elevado à Presidência da República do estado de espirito da Nação e das violências do Governo. Vossa Excelência com acção firme e decisiva poderá encarnar um daqueles tantos varões de Plutarco que souberam adquirir a ciência política necessária aos que têm de governar.

A Pátria lho agradecerá ao sair da tirania, e ao recuperar a liberdade por que tanto anseia, como bem tem mostrado.

Apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, os meus respeitosos cumprimentos.



*(Humberto Delgado)*

lência o Presidente do Conselho, consequentemente tomando partido, demais em época de eleições, e falando em nome dos seus oficiais.

Ora, ou esses generais não ouviram os seus oficiais, que são eleitores, e então fizeram acto condenável em falar em nome deles, ou ouviram-nos, e então exerceram uma ilegítima e inconcebível pressão militar, num país civilizado: este é o dilema de que se não pode fugir. De qualquer forma — acto político, anti-disciplinar e de pressão sobre oficiais que são *eleitores*.

— A referência às eleições de Napoleão III de França, quando de Presidente quis passar a Imperador, e durante as quais um coronel, comandante de regimento, dizia aos soldados alinhados: «Os que votam pelo Imperador vão dar um passo em frente» e, mudando de tom: «mas quem não der o passo em frente vai para o calabouço».

(Por que se eliminou esta referência histórica? Seria porque as eleições actuais em Portugal se assemelham àquelas?).

Outra referência que não vi nos grandes jornais foi a de a Força Armada ser dirigida há vinte e dois anos por quem de capitão subiu a coronel sem fazer um dia à unidade ou outro serviço militar, apesar de estar em cargo que nos grandes países militares é exercido por um civil. Na verdade, até nos Estados Unidos da América, detentor da maior força militar da NATO, o ministro da defesa, é um civil, até há pouco um industrial de automóveis.

— Publica-se um telegrama do major Baltazar contra o candidato mas a Censura corta outro do eterno tenente Moreira Lopes, a rebater aquele!!

Dou ainda conta a Vossa Excelência de outros actos que num militar como Vossa Excelência, exerceram a impressão desgostosa que a mim causaram.

Assim, eu vi a polícia praticar espancamentos em frente da janela do meu hotel no Porto. Vi mesmo cair no passeio um homem ao primeiro golpe de «casse-tête», como vi dar coronhadas com uma brutalidade sem nome num homem que me queria abraçar!!

E tais cenas se repetiram na Póvoa de Varzim sobre os que me aclamaram.

Não irá dizer a polícia que foi para me defender, pois eu sei, e Vossa Excelência sabe, como se faz a defesa de um automóvel. Tal não preocupa a polícia mas sim, claramente, criar o terror nos meus adeptos.



Passoi por dezenas de milhares de pessoas, que freneticamente se penduravam no meu carro, cujo motor fumegava, tal era o peso dos que se colavam à viatura para me apertar a mão, até beijá-la em lágrimas, apesar de eu, naturalmente, tentar evitá-lo. Tal é a ânsia de libertação!

Continua a espantosa resistência dos que não deixam copiar os cadernos eleitorais, conforme delegado nosso de Sabrosa acaba de, pessoalmente, me declarar. Mas até onde o permitem, proíbem o uso de métodos rápidos como a fotocópia ou dictafone sob pretexto que afronta a inteligência até de uma criança!

Porquê, Excelência? Só por crueldade? Ou porque convém que a União Nacional — ou o Governo ao qual afinal o Partido Único pertence — possa introduzir emendas adequadas, posteriormente? Que miséria de métodos, Excelência, garantidos afinal pela Força Armada, da qual Vossa Excelência e eu somos membros!

Se não quer eleições que o Governo o diga. Se as faz, que as faça com dignidade. E porque a U. N. nunca teve de copiar os cadernos?!

Numa pequena volta pelos arredores do Porto fui vexado pela Guarda Nacional Republicana e pela Polícia que continuamente me obrigavam a parar e, pela força, limitavam a quatro o número de carros que podiam acompanhar-me.

No Coliseu do Porto, o povo, com o seu entusiasmo, rebentou as portas já que, cruelmente, despoticamente, se sabe que nos não deixam reunir em recintos ao ar livre! Porquê? ... Até fui forçado a reduzir o meu discurso, e a eliminar oradores da sessão, porque recebemos ordem de evacuação da sala! Pode alguém, que da Verdade faça ponto de honra, chamar a isto eleições livres?

A Emissora Nacional — com finalidade óbvia — anunciou diversas vezes antes de eu partir para o Porto que eu já lá estava!

Assinado «António Eça de Queirós» nome igual ao do director daquela Emissora, receberei eu antes um telegrama verberando as minhas declarações à imprensa a respeito do actual Presidente do Conselho, se eu fosse eleito.

No caminho para Penafiel, um oficial da Guarda Nacional Republicana, por ordem do seu comandante de batalhão, apreendeu o pequeno alto-falante de mão que na minha comitiva se levava! Pedi recibo (documento anexo) que ficará na história das chamadas «eleições livres».

E isto dá-se quando nas manifestações de desagravo ao Excelentíssimo Doutor Oliveira Salazar, manifestações que se dizem espontâneas, figuram

alto-falantes potentes! Curiosa parcialidade em época de eleições em que a honestidade e elegância de métodos deviam primar.

Bem assim antes da minha chegada do Porto, no dia 16 do corrente, a Emissora Nacional avisou frequentemente que estavam proibidas manifestações à minha pessoa. Apesar disso Vossa Excelência sabe o que era a massa de gente a querer esperar-me.

A polícia (PIDE) desviou-me violentamente do itinerário normal fazendo-me seguir na direcção oposta, pela avenida marginal e aeroporto!

Ainda assim pessoas que me reconheceram criaram logo pequeno cortejo automóvel escapando-se como puderam.

Neste intervalo a G. N. R. e com um oficial de pistola em punho, metendo-lhe na minha presença, uma bala na câmara, fez separar de mim todos os carros, forçando-me a entrar em casa *só!!*

Que aviltamento e parcialidade, Excelência!

Constitui isto eleições livres, se eu não posso escrever, se não posso receber aclamações públicas, se sou forçado a usar itinerários desertos, e a não dispor de comitiva para entrar em Lisboa?

Mais Excelência: nesse mesmo dia 16 ao sair de minha casa, já cercada de grande aparato bélico, três indivíduos à paisana, que deviam ser da PIDE, barraram-me a passagem pela violência. Fiquei assim prisioneiro do Governo essa noite de 16/17. São isto eleições livres? De que liberdade disponho?

No comício de 18, do Liceu Camões, sobre a PIDE me obrigar a sair no fim de todos, apesar de insistir por que queria voltar a casa em carro meu ou táxi, fui praticamente forçado a voltar a casa num carro da PIDE, não sem antes perguntar se iria na situação de preso, pois então resistiria.

Informado por um inspector da PIDE que não, constrangido me meti nesse carro, evitando assim inúteis conflitos. Claro que não era para me protegerem pois ando pela cidade a pé e de carro sozinho, com frequência, sem que a PIDE se preocupe comigo.

Mas, Excelência, em que liberdade estou vivendo? Que sou neste país? Um candidato a sucessor de Vossa Excelência ou um possível criminoso? Sou eu um general digno, escolhido e aclamado para candidato por parte da Nação, ou um malfeitor?

A fechar: Vossa Excelência sabe as condições em que se bateu e fez fogo sobre a multidão que me aclamava em Lisboa, ferindo-se dezenas de pessoas que nada fizeram para alterar a ordem pública.



Finalmente, Vossa Excelência saberá que circulou nas ruas de Lisboa um automóvel que exibia um boneco vestido de general com um haraço ao pescoço! Alguns interpretaram o caso como referido a Vossa Excelência que estaria enforcado por não poderem propor a sua reeleição.

Em alguns países o caso seria de pouca monta. Em Portugal, com a nossa ética, é interpretado como uma afronta à Força Armada.

Eu não disponho de meios para defender a afronta, mas Vossa Excelência de'les dispõe.

Excelência: Estas pressões de tipo selvático sobre civis e militares, estão criando no País uma onda de revolta, que me preocupa como candidato que pretenda ser o pacificador da família portuguesa, por evolução.

Quem anda, como eu, no meio de tantas classes, e já viveu cinquenta e dois anos, uns de paz, outros de agitação ou «guerra civil», confessa que começa a sentir um ambiente, inevitável prelúdio de possibilidades de acções violentas.

A minha candidatura é contra elas, mas as nações, ou os povos, estão acima dos desejos das candidaturas, como tanta vez a História Universal e Nacional tem demonstrado.

Vossa Excelência, como comandante-chefe das Forças Armadas, e como Presidente da República, tem duplo poder: sobre a Força Armada para a tornar apolítica e sobre o Governo para o demitir.

Tem, pois Vossa Excelência na mão meios Constitucionais que ainda a tempo lhe permitem resolver por forma pacífica, o momento histórico que passa e que o Governo julga poder jugular, como até aqui, pela violência.

A Força Armada pode e deve ser, um árbitro neutro, destas eleições que exigem liberdade e a obtenção dos cadernos eleitorais, dos quais a União Nacional sempre dispôs, e sempre foram artificialmente negados à Oposição.

A nomeação de um governo neutro para proceder às eleições, com força para manter a ordem pública — o que a Oposição tanto deseja — seria o natural complemento de uma acção que abraze a era de pacificação da Família Portuguesa.

Para o mais alto magistrado da Nação, que tem os braços ornados pelas estrelas de generalato, eu, em nome da candidatura que chefo, apelo com a maior emoção e respeito.

Excelência: Não pode continuar esta degradação insultante; Vossa Exce-

lência pode e deve, antes de deixar o seu posto, praticar um alto acto de significado histórico que o honrará e aos seus vindouros.

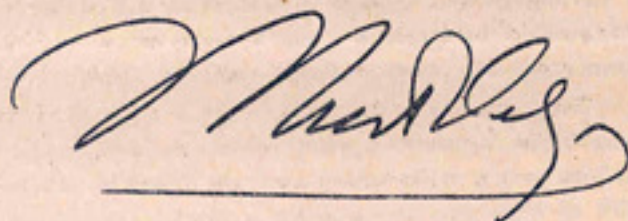
A minha candidatura pede-o, e espera-o da sua galhardia de militar.

Vossa Excelência pode e naturalmente vai querer tomar uma decisão positiva: eu forneci os elementos que habilitam Vossa Excelência a tomá-la.

Não ficarei na história do País como um General que não avisou outro General elevado à Presidência da República do estado de espirito da Nação e das violências do Governo. Vossa Excelência com acção firme e decisiva poderá encarnar um daqueles tantos varões de Plutarco que souberam adquirir a ciência política necessária aos que têm de governar.

A Pátria lho agradecerá ao sair da tirania, e ao recuperar a liberdade por que tanto anseia, como bem tem mostrado.

Apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, os meus respeitosos cumprimentos.



*(Humberto Delgado)*